

FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO E DA FAMÍLIA ESCRAVA: FRANCA-SP, SÉCULO XIX

*Máisa Faleiros da Cunha*¹

RESUMO

Apresentamos, no presente trabalho, algumas considerações a respeito das potencialidades e dos limites da utilização de algumas fontes documentais para o estudo da população e da família escrava em Franca, no período de 1806-1888. Ao optarmos pelo estudo da demografia e da família escrava, buscamos suporte em documentos que se prestam a esse tipo de estudo: fontes nominativas – como os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), as listas nominativas de habitantes e inventários post mortem – cujas informações permitem, inclusive, o cruzamento nominativo entre as fontes. Chamamos a atenção para a existência de outras fontes possíveis à análise da escravidão; contudo, as aqui ora apresentadas têm sido empregadas proficuamente nos estudos histórico-demográficos de modo a evidenciar e desvendar trajetórias individuais e familiares que marcaram a escravidão no Brasil colonial e imperial. Ademais, visamos atuar como um guia para os historiadores iniciantes (ou nem tanto) que se aventurarem pelos caminhos do estudo da escravidão em Franca ou em outras localidades paulistas.

Palavras-chave: Escravidão. Fontes históricas. Século XIX. Família Escrava.

¹ Doutora em Demografia e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População, da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp), Brasil. maisaf@nepo.unicamp.br

DOCUMENTAL SOURCES FOR THE STUDY OF THE SLAVE POPULATION AND FAMILY: FRANCA-SP, BRAZIL, 19TH CENTURY

ABSTRACT

In this study we present some considerations regarding potentialities and boundaries of the use of some documental sources for the study of the slave population and family in Franca, between 1806 and 1888. By choosing the study of the demography and of the slave family, we draw on nominative sources, such as parochial records (baptism, marriage, and death), inhabitants' nominative lists, and post-mortem inventories, information that allow nominative crosschecking. We draw attention to the fact that there are other possible sources of analyzing slavery, although the aforementioned sources have been effectively used in historical and de-mographical studies to evince and unveil individual and family trajectories that marked the slavery in Brazil during the colonial and imperial time. Furthermore, we aim to serve as a guide to new (or not so much) historians who intend to pursue slavery studies in Franca and other regions in the state of São Paulo.

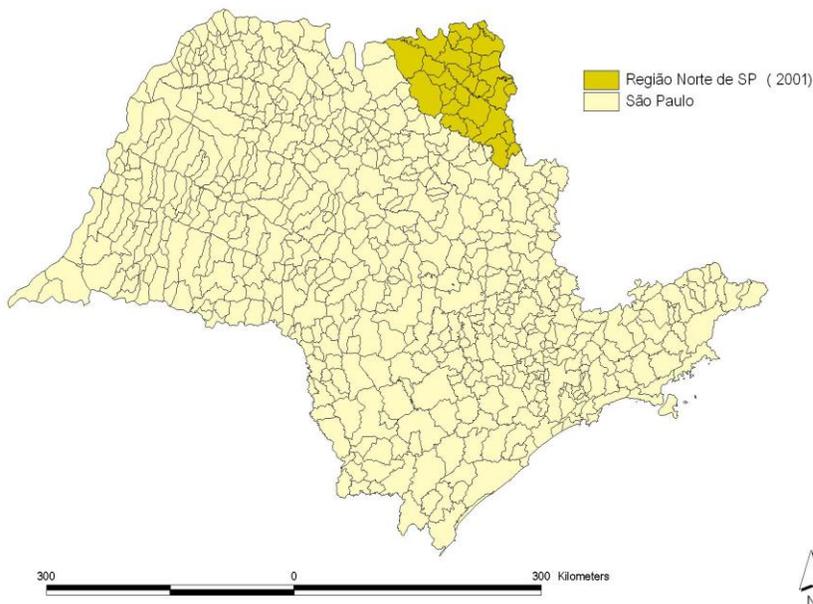
Keywords: Slavery. Historical Sources. 19th Century. Slave family.

INTRODUÇÃO

A Demografia Histórica contribuiu para o avanço dos estudos sobre a população livre (sobre as mulheres, as crianças, a família, a elite proprietária de escravos, os camponeses, os expostos e os agregados) e sobre a população escrava no passado brasileiro (a existência da família escrava no cativeiro, a formação de redes de parentesco e de sociabilidades entre os cativos). Dentre a gama dos temas citados, interessa-nos o estudo da demografia e da família escrava no município paulista de Franca ao longo do século XIX.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município de então eram a pecuária e a produção de gêneros de subsistência. Embora Franca não estivesse vinculada diretamente à grande lavoura de exportação, possuía uma economia dinâmica, o que justifica a presença de uma população considerável, tanto de pessoas livres como de escravas (CUNHA, 2005, 2009). A escolha do município de Franca, como objeto de análise, deve-se ao fato de que ainda são poucos os estudos de caso, principalmente sobre a população e família escrava, para áreas voltadas para o abastecimento interno, na Província de São Paulo, no período aqui analisado.

Mapa 1- Estado de São Paulo e Região Norte, 2001



Fonte: São Paulo (1995).

Os estudos de cunho histórico-demográficos baseados, sobretudo, em fontes seriais como registros paroquiais, listas nominativas de habitantes, matrículas de escravos, testamentos, inventários *post-mortem*, dentre outras, demonstraram que a existência da família escrava no cativeiro foi uma realidade possível do Brasil; muitas famílias escravas usufruíram de estabilidade e seus membros permaneceram juntos por considerável período de tempo². O desenvolvimento dessas pesquisas contestou estereótipos presentes na historiografia tradicional sobre a vida sexual e familiar dos escravos, assim como a impossibilidade de constituição da família, a ausência de laços familiares e a vida sexual promíscua e lasciva das senzalas³.

² Citamos alguns trabalhos: Costa, Slenes, Schwartz (1987); Cunha (2009); Freire (2008); Graham (1979); Motta (1999); Petiz (2009); Revista População e Família (1998); Rocha (2004); Slenes (1976); Slenes (1999).

³ Sobre a historiografia clássica e seus principais expoentes (Gilberto Freyre, Emília Viotti da Costa, Florestan Fernandes, dentre outros) ver Motta (1999, p. 179-225), Rocha (2004, p. 19-63) e Slenes (1999, p. 27-68).

Apresentamos no presente artigo algumas considerações a respeito das potencialidades e limites de se utilizar fontes documentais no estudo da população escrava no período 1806-1888. Ao optarmos pelo estudo da demografia da escravidão e da família, buscamos suporte em documentos que se prestam a este tipo de estudo: fontes nominativas (documentos que informam os nomes das pessoas): os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito), as listas nominativas de habitantes e inventários *post mortem*. Tais informações permitem, inclusive, o cruzamento nominativo entre as fontes, que por vez, permitem-nos identificar (e acompanhar) as famílias escravas.

Chamamos a atenção para a existência de outras fontes possíveis para a análise da escravidão, tais como relatos de viajantes, processos-crime, testamentos, etc. Contudo, as aqui ora apresentadas têm sido empregadas proficuamente nos estudos histórico-demográficos para evidenciar e desvendar trajetórias individuais e familiares e a rede de relações sociais mais amplas em que se inseriram livres, escravos e egressos da escravidão no Brasil Colônia e Império. Ademais, visamos atuar como um guia para os historiadores iniciantes (ou nem tanto) que se aventurarem pelos caminhos do estudo da escravidão em Franca ou em outras localidades.

O trabalho se divide em duas partes. Na primeira parte elencamos as fontes e suas características, além de um levantamento das informações disponíveis, as possibilidades e limites para o estudo da demografia e família escrava. Na segunda, apresentamos uma família cativa e seus descendentes identificados através do cruzamento nominativo de fontes e resultados da reconstituição de famílias escravas.

FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM FRANCA⁴

Lista Nominativa de Habitantes da Província de São Paulo de 1835-36⁵

Essa lista é parte de um conjunto de levantamentos populacionais realizados na Capitania/Província de São Paulo e em outras Capitânicas/Províncias brasileiras, a partir da segunda metade do século XVIII⁶. Sua origem se localiza na política mercantilista

⁴ As fontes documentais apresentadas foram levantadas para a realização da dissertação de mestrado (CUNHA, 2005) e tese de doutorado (CUNHA, 2009), que contaram com financiamento da CAPES.

⁵ O Arquivo Público do Estado de São Paulo digitalizou e disponibilizou as listas nominativas (mencionadas como *Maços de População*) referentes às localidades paulistas. Para Franca encontram-se disponíveis para os anos de 1823, 1824, 1825, 1829, 1830, 1831, 1832, 1835. Ver “Consulta Maços de População” (SÃO PAULO, 2013).

⁶ Como o Paraná pertenceu à Província de São Paulo até 1853, há listas nominativas disponíveis para localidades paranaenses que se encontram no - Centro de Documentação Pesquisa de História dos

desenvolvida pelo Marquês de Pombal, na tentativa de modernizar a administração da Colônia Portuguesa, tendo como objetivos contabilizar as possibilidades militares da população e levantar a produção para executar a arrecadação de impostos.

Realizados anualmente pelas milícias constituídas pelas *Companhias de ordenanças da terra*, através dos capitães-mores e sargentos de milícias e, algumas vezes, pelo pároco, eram divididos em bairros/distritos e quarteirões. Tinham como unidade base de coleta dos dados o “fogo” (domicílio). Os executores efetuavam o levantamento de fogo em fogo ou marcavam dia e hora para o chefe do domicílio se apresentar na paróquia para prestar informações. Os formulários para o recenseamento eram padronizados e as normas eram enviadas às autoridades locais com instruções bem precisas sobre o procedimento.

A Lista Nominativa de 1835-36⁷, relativa ao município de Franca, foi organizada sob a responsabilidade do Marechal Daniel Pedro Müller e levada a cabo “durante o período descentralizador da Regência, quando foram transferidas às províncias tarefas até então de responsabilidade exclusiva do poder central, dentre elas as estatísticas demográficas” (BASSANEZI; BACELLAR, 2002, p. 114).

As informações presentes nessa lista de Franca foram coletadas para cada “fogo”, dos seis distritos que compunham a Vila Franca do Imperador em 1835-36⁸: o distrito da Vila, de Santa Bárbara (atual Patrocínio Paulista), do Chapadão (atual Igarapava), do Carmo (atual Ituverava), de Cana Verde (atual Batatais) e de Cajuru, que deu origem ao município desse mesmo nome. O Quadro 1 traz um resumo das informações contidas nesta lista sobre o município de Franca.

Domínios Portugueses –CEDOPE/Departamento de História – UFPR, nas versões microfilme, fotos e xerox.

⁷ Uma cópia informatizada, para o município de Franca, foi cedida a nós pelo projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), denominado “Levantamento, digitação e publicação das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania e Província de São Paulo”.

⁸ As informações da lista de 1836 foram levantadas entre 1835 (para quatro distritos) e 1836 (dois distritos).

Quadro 1 - Lista nominativa de habitantes. Franca 1836

População envolvida	Observações
Total: 10.370	As informações foram coletadas a partir de 6 distritos, subdivididos em 44 quarteirões, num total de 1.571 “fogos”.
Livres: 6.975	Nome e sobrenome do chefe do fogo, prenome dos demais moradores, relação de parentesco ou de dependência com o chefe do fogo, sexo, idade, cor, condição social, estado conjugal, naturalidade*, ocupação*, instrução*.
Escravos: 3.395	Prenome, sexo, idade, cor*, estado civil*, naturalidade*.

* Informações ocasionais.

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA (2002).

É possível identificar todos os livres e escravos a partir da relação com o chefe do “fogo” (*mulher, filho, escravo, agregado, camarada, fâmulos*, etc.). Essa mesma variável permite também conhecer a estrutura e composição da família do chefe, mas não permite identificar famílias escravas, uma vez que se arrola primeiro todos os homens escravos do fogo e posteriormente as mulheres escravas. Em alguns casos é até possível inferir que se trata de família escrava, mas na maioria não. Apesar das lacunas, esta lista se mostra muito rica para avançarmos no conhecimento demográfico da época (total de fogos – com e sem escravos, número médio de habitantes por fogo, estrutura etária e por sexo da população livre e escrava, naturalidade, estado conjugal, etc.).

O levantamento de população realizado em 1836 permite muitas possibilidades de exploração. Presta-se para o cruzamento nominativo entre fontes diversas, para localizar e tornar mais clara a distribuição espacial da população em meados da década de 1830. Através da lista de escravos presente no fogo do chefe do domicílio, podemos também verificar até que ponto se efetivaram ou não as partilhas de escravos em momentos anteriores ao Censo de 1836.

Registros Paroquiais de batismo, casamento e óbito de escravos da paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, entre 1806-1888⁹

Os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito foram instituídos como forma de controle dos cristãos católicos. O Concílio de Trento (1545-1563) tornou obrigatório o registro desses eventos, fixando, regulamentando e generalizando a prática do registro nas paróquias. Definiu normas para padronizar os registros dos sacramentos que marcavam a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos. Posteriormente, o *Rituale Romanum* (1614) tornou o registro paroquial obrigatório e estabeleceu normas ainda mais rigorosas sobre como fazer os assentamentos, assim como a contagem periódica da população. No Brasil, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707) normatizaram e reafirmaram a obrigatoriedade de tais registros (MARCÍLIO, 2004).

A prática obrigatória e padronizada deu aos assentos universalidade e representatividade, uma vez que a expansão colonialista permitiu à Igreja Católica estender o seu controle sobre outras partes do mundo, além de possibilitar a existência de séries completas no tempo, o que nos permite análises longitudinais. Ao mesmo tempo, é preciso notar também que esta prática apresenta caráter individual, nominativo e coletivo e também cobre uma localidade fisicamente bem demarcada, a paróquia (MARCÍLIO, 2004).

Daí a importância de tais registros para o estudo sociodemográfico das populações do passado. Em meados do século XX se constituíram fontes basilares da demografia histórica e permitiram o desenvolvimento da metodologia francesa de reconstituição de famílias. Na ausência do registro civil, os registros paroquiais são utilizados para dar conta de períodos mais distantes e permitem verificar, dentre outras características, a sazonalidade dos eventos (e o respeito ou não ao calendário litúrgico), a legitimidade, a condição social (se livre ou escravo), a cor/ naturalidade, local de residência, o recasamento de viúvos, etc.

É preciso reforçar que os registros paroquiais são uma fonte rica para o conhecimento das populações do passado especialmente no período pré-censitário. O primeiro recenseamento realizado no Brasil data de 1872 e para diversas localidades de nosso território não se conhecem levantamentos periódicos para o total da população antes do censo nacional. No entanto, devemos estar cientes do subregistro presente nessa fonte. O total de batizados não correspondia ao total de nascimentos de cativos ou filhos de cativos ocorridos na Franca do Imperador. Muitas crianças morriam antes mesmo de

⁹ Os registros de batismo, casamento e óbito referentes à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca se encontram também em formato digital na página <<https://familysearch.org/search/image/index#uri=https%3A%2F%2Fapi.familysearch.org%2Frecords%2Fwaypoint%2FMMPL-R3S%3A490617735%3Fcc%3D1719212>>, facilitando sua consulta.

receberem o sacramento do batismo e outras, apesar do empenho da Igreja e dos senhores que tinham interesse em documentar esse nascimento, podiam não estar sendo batizadas na paróquia ou em lugar algum. Assim também ocorria com os óbitos, muitas vezes o sepultamento se dava distante da paróquia e não era notificado ao padre ou mesmo registrado por este.

Em relação ao casamento, é preciso chamar a atenção para as barreiras que limitavam o acesso da população ao matrimônio religioso: os custos, a apresentação de licenças de impedimento (por parentesco, de que nunca foram casados), a ausência do clero ou as distâncias consideráveis que um pároco devia percorrer para atender seu “rebanho”. Assim, a análise sobre a nupcialidade se restringe ao matrimônio religioso; não sendo possível, portanto, alcançar as uniões consensuais duradouras ou esporádicas, prática muito comum tanto na população escrava como na população livre daquele tempo, mas difíceis de serem contabilizadas.

As lacunas temporais e mesmo a ausência de informações nos assentos não devem invalidar seu emprego. No Brasil, embora muitos historiadores tenham trabalhado com essa fonte, ainda são pouco exploradas a partir de uma perspectiva mais demográfica.

No caso de Franca, os registros paroquiais que coletamos referem-se ao momento posterior de elevação do arraial a freguesia (1805)¹⁰, ou seja, ao período de 1806 a 1888¹¹. Como o povoamento efetivo da região norte paulista deu-se somente a partir do alvorecer do século XIX, acreditamos abarcar parte importante da escravidão na Vila Franca e, em consequência, um conjunto de escravos bastante representativo (Quadro 2).

É importante ressaltar que outras localidades que compunham o território de Franca foram elevadas a freguesias e passaram a ter suas próprias paróquias: Batatais (1815), Cajuru (1839), Ituverava (1847), Igarapava (1851) e Patrocínio Paulista (1874). No entanto, a igreja matriz Nossa Senhora da Conceição continuou sendo uma

¹⁰ De acordo com Lucila Brioschi, os primeiros registros paroquiais existentes para a região foram os livros de casamentos celebrados em Moji-Guaçu entre 1736 e 1775, num total de 542 eventos (a autora menciona que um dos livros, o número 1, não existe mais) (BRIOSCHI, 1995, p. 31). Em seguida há o Livro de assentamentos de batizados de Caconde com 246 registros de livres e de escravos realizados no caminho de Goiás entre 1775 e 1798. Os últimos registros de batismo deste período datam de 1802 (BRIOSCHI, 1995, p. 32). Os registros reiniciam com a transferência da sede da freguesia de Caconde para Franca (1805) (BRIOSCHI, 1995, p. 33).

¹¹ Os livros presentes no Arquivo da Cúria Diocesana de Franca com os registros de batizado, casamento e óbito são abertos em 1806 e pertencem à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca. A série de registros destinada aos fiéis de Franca se inicia, portanto, após a fundação da freguesia em 1805. Não localizamos registros anteriores a 1806, e não buscamos outros livros em Caconde - SP, pois os registros que lá se encontram se referem aos moradores do Caminho de Goiás e nossa pesquisa se restringe ao município de Franca, cujo povoamento efetivo se dá a partir do século XIX com sua condição de freguesia.

a mais importante paróquia no território de Franca (pois se localiza na sede do município), tendo inclusive alguns eventos realizados em outras freguesias sendo arrolados em seus livros.

Quadro 2 - Registros de batismo, casamento e óbito. Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca, 1806-1888

Registros	Período	Livros Consultados	Total de assentos	Variáveis
Batismos	1806-1888	1 – 12	4.768	local e data, data do nascimento***, prenome do batizando, filiação, legitimidade, idade, nome do proprietário (a), dos padrinhos e do pároco, condição social dos pais e padrinhos***, condição social e cor/naturalidade dos pais, estado conjugal, cor/naturalidade e condição social dos padrinhos***.
Casamentos	1807-1888	1-3, 4*, 5**	828	local e data, horário***, nome e condição social dos nubentes, naturalidade***, nome do proprietário (a), nome de duas testemunhas, freguesia a qual pertencem, nome do pároco.
Óbitos	1806-1888	1-3	2.072	data, nome, condição social, nome do proprietário (a), idade, <i>causa mortis</i> , local do sepultamento, cor da mortalha, estado civil, se casado ou viúvo: o nome dos cônjuges***, nome dos pais (caso seja criança), condição social dos pais e cônjuges, se recebeu ou não os sacramentos e a extrema unção.

* Parcialmente danificado.

** Recolhemos registros de casamento dos livros 5 (escravos e ex escravos) e 6 (referentes somente a ex escravos) no total de 84 registros entre 1888 e 1893 que se uniram após 13/05/1888, mas não os incluímos em nossa análise.

*** Informações ocasionais

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca.

O preenchimento dos registros paroquiais do Brasil varia muito segundo a posição social do indivíduo (são mais completos para as pessoas de camadas socioeconômicas mais elevadas), e também segundo o próprio zelo do pároco ao redigir tais registros.

Ainda que presentes para a população livre, algumas informações referentes aos escravos arrolados nas fontes de Franca estão deliberadamente ausentes, especialmente o

parentesco escravo — a filiação dos noivos nos registros de casamento, a naturalidade e a idade dos nubentes — são apenas alguns exemplos que reforçam o lugar social ocupado por eles em uma sociedade fortemente hierarquizada e excludente.

BATISMOS

Os livros de batismo se encontram em boas condições de conservação, o que nos permitiu consultar os de número um a 12, referentes ao período analisado, e coletarmos o universo de registros de batismos de escravos, filhos de escravos ou de forros/libertos, num total de 4.768 assentos.

Para a população cativa, boa parte dos registros traz apenas o local e a data do batismo, o nome do batizando (o que permite identificar o sexo), idade, filiação e, se criança, o nome dos pais e o (a) proprietário (a) de seus pais, tratando-se de criança nascidãõ escrava ou alforriada. Alguns são mais completos e trazem também a cor ou nacionalidade dos pais, condição social, estado conjugal do (a) proprietário (a) dos pais. As mesmas informações repetem-se para a mãe do batizando.

Tratando-se de filho *natural*, o registro anota o nome da mãe, cor ou nacionalidade, estado conjugal (alguns registros mencionam solteira, viúva), condição social, o nome do (a) proprietário (a) da mãe, estado conjugal do (a) proprietário (a) da mãe.

Em todos os registros constam ao menos o nome de um padrinho. Em geral, o batizando apresenta um padrinho e uma madrinha (há casos com dois padrinhos) com as seguintes informações: nome, cor ou nacionalidade, condição social, nome do (a) proprietário (a) do padrinho/madrinha e, quando se tratar de padrinhos escravos, estado conjugal dos mesmos. Em raros registros há a assinatura dos padrinhos. Menciona-se ainda a freguesia ou igreja onde se realiza o batismo, com a assinatura do oficiante. Nos assentos consultados não aparecem: o nome de avós e a idade dos pais.

CASAMENTOS

Os assentos de casamento da paróquia francana se encontram em cinco livros numerados nesta ordem e o primeiro assento data de 02 de junho de 1807. Entre esta data e 12 de maio de 1888 foram registrados 828 casamentos. No entanto, não foi possível coletar a totalidade dos casamentos, uma vez que o livro de número quatro está em mau estado de conservação.

A maior parte dos registros de casamento de escravos anota apenas o local, data do evento, nome dos nubentes, condição social, nome dos (as) proprietários (as) dos noivos, nomes das duas testemunhas, local de realização e o oficiante. Outros se

apresentam mais completos e trazem ainda o horário da cerimônia (informação com lacunas nos registros de 1812 a 1861). Sobre os cônjuges os registros trazem, não na sua totalidade, cor ou origem, estado conjugal anterior, naturalidade (onde nasceu ou foi batizado), local de residência (onde são fregueses).

Em geral, cada registro contém os nomes de duas testemunhas, condição social, nome do (a) proprietário (a) caso seja escravo (a), as respectivas assinaturas ou rubricas (que podem ser um “X” ou uma cruz no assento), sendo raro constar qualquer confirmação da testemunha, e a assinatura do oficiante. A idade dos nubentes não está presente em nenhum registro, o que dificulta o estudo da nupcialidade escrava no que diz respeito à idade ao casar.

ÓBITOS

Os óbitos de escravos abrangem o período de 13 de setembro de 1806 a 28 de abril de 1888. Ao todo, transcrevemos 2.072 registros de óbitos de escravos (as), libertos (as) ou forros (as), que se encontram nos livros de número um a três, além de mais oito casos que estão no livro número nove de batismo.

Em parte considerável dos registros de óbitos consta apenas a data do falecimento, o nome da pessoa, sua condição social, nome do (a) proprietário (a), idade e *causa mortis*. Uma parcela menor dos registros apresenta-se mais completa: dia, mês e ano do óbito, nome do falecido (a), cor ou nacionalidade, condição social, idade, *causa mortis*, nome do (a) proprietário (a), estado conjugal do (a) proprietário (a), estado conjugal do falecido (a), o nome de seu cônjuge, cor ou nacionalidade, condição social e nome do (a) proprietário (a) do cônjuge, patente e estado conjugal do (a) proprietário (a) do cônjuge, a cor do pano envolto no corpo, o local onde foi sepultado e a assinatura de um pároco. Quando o óbito é de uma criança, além das informações citadas, há referência à filiação: nome dos pais, cor ou nacionalidade, condição social, nome do (a) proprietário (a) dos pais e estado conjugal do proprietário dos pais. Quando o filho é *natural*, além destas informações consta o estado conjugal da mãe, geralmente solteira.

INVENTÁRIOS POST MORTEM

O inventário *post mortem* constitui um ato jurídico de levantamento, avaliação e partilha dos bens deixados por uma pessoa (ANDRADE, 1988 apud GARAVAZO, 2006, p. 73).

As peças consultadas para nossa pesquisa encontram-se disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF) e referem-se ao 1º. e 2º. Ofícios Cíveis¹². Como nosso foco é a população escrava, não nos ativemos aos inventariados não escravistas, procuramos recolher todos os que listaram escravos (as) entre os seus bens em todas as caixas que continham inventários referentes ao século XIX, os quais somaram 900 peças¹³.

Tabela 1 - Número de inventários e média de escravos por período (1811-1888)

Período	N. Escravos	%	N. Inventários	%	N. médio de escravos por inventário
1811-1820	160	2,8	26	2,9	6,2
1821-1830	614	10,6	82	9,1	7,5
1831-1840	932	16,1	127	14,1	7,3
1841-1850	890	15,4	160	17,8	5,6
1851-1860	1066	18,4	158	17,6	6,7
1861-1870	1091	18,9	168	18,7	6,5
1871-1880	652	11,3	115	12,8	5,7
1881-1888	379	6,6	64	7,1	5,9
Total	5784	100,0	900	100,0	6,4

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca (AHMF), Inventários *post mortem*.

¹²As informações levantadas para nossa pesquisa foram: a localização do inventário (caixa, número), ano de abertura, os nomes dos inventariados, inventariantes e os cativos arrolados (nome, idade, estado conjugal, relação de parentesco com outros cativos, condições de saúde, ocupação, cor, naturalidade e preço). Os inventários *post mortem* presentes no 1º Ofício Cível encontram-se organizados segundo a ordem alfabética dos inventariados para em seguida adotar o critério cronológico (as caixas seguem a sequência desde o inventariado com o prenome iniciado com a letra A mais recuado no tempo até o mais recente - meados da década de 1970 - e assim sucessivamente com as demais letras). Já os inventários sob a guarda do 2º Ofício Cível seguem outra lógica organizacional, muito mais eficiente e clara para qualquer pessoa interessada em consultar esses documentos: estão guardados por ordem cronológica. Devido à forma como foram organizados os inventários sob a guarda do 1º Ofício, não contabilizamos a proporção de proprietários e não proprietários de escravos. Já os inventários sob a guarda do 2º Ofício Cível contabilizaram 33 caixas com um total de 601 peças para o período 1811-1888, das quais 353 (58,7%) contaram com a presença de escravos arrolados.

¹³ Excluímos o inventário de Carlos Barbosa de Magalhães por ser o único inventariado proprietário de escravos no século XVIII, uma vez que ficaríamos com um hiato entre 1776 e 1811.

As informações presentes nos inventários comportam estudos sobre a cultura material (móvel, utensílios domésticos, vestuário, etc. arrolados dentre os bens), a concessão de crédito (dívidas passivas e ativas dos inventariados), estimativas de riqueza e acúmulo de capital, a transmissão da herança, etc. Em relação à população escrava, por ser um bem a ser herdado, era descrito e devidamente avaliado. Assim, é possível resgatar informações demográficas e de parentesco entre os cativos arrolados, o preço e o destino do escravo após a partilha (quem o herdou). Alguns escravos tinham seu trabalho e dedicação reconhecidos e conquistavam a liberdade com a morte do senhor, outros compravam sua alforria.

Uma das principais críticas em relação ao uso de inventários recai sobre esta fonte marcar um momento exato na trajetória de um indivíduo, assim, não há como saber quem foram os escravos do inventariado em outros momentos de sua vida; quando os escravos foram adquiridos, há quanto tempo o inventariado possuía escravos e também não identifica os que já foram escravistas e perderam seus cativos.

Outro aspecto importante a ser considerado é que os inventários são mais seletivos do que as listas nominativas, uma vez que estas arrolaram todos os residentes da localidade e os inventários apenas aqueles que tinham bens a serem herdados. No entanto, assim como os registros paroquiais, os inventários listam a população escrava no período pré-censitário e são uma das poucas fontes a indicar o tamanho da posse escrava, mesmo que em um momento específico.

Como recolhemos os inventários de uma série temporal que se estende por um longo período (1811 – 1888), acreditamos que as informações contidas nesse corpo documental, cruzadas com as obtidas em outras fontes, possam trazer revelações importantes.

As duas principais partes que compõem um inventário são a avaliação e a partilha dos bens. Com a sua abertura é nomeado um inventariante. Além disso, traz o nome do (a) inventariado (a), a data de seu falecimento e de abertura do inventário, local de moradia, nome do (a) inventariante e dos (as) herdeiros (as) (caso a herdeira fosse mulher e casada, seu marido era listado como *cabeça do casal*).

Quadro 3 – Inventários *post mortem*. Franca 1811 – 1888

Ofício Cível	Período	Número de inventários levantados	Número de escravos arrolados nos inventários	Características listadas para os cativos
1º Ofício Cível	1814-1887	533	3.646	nome, cor/naturalidade*, idade*, filiação (caso seja criança)*, ocupação*, naturalidade*, estado civil*, condições de saúde*, número da matrícula de escravos (para os escravos arrolados após 1872)*, preço.
2º Ofício Cível	1811-1888	367	2.138	As informações descritas acima se repetem.
Total	1811-1888	900	5.784	

* Informações ocasionais.

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

As informações levantadas para nossa pesquisa foram: a localização do inventário (caixa, número), ano de abertura, o nome dos (as) inventariados (as), inventariantes e os cativos (as) arrolados: nome, idade, estado conjugal, relação de parentesco com outros cativos (geralmente esposa ou filho), condições físicas ou de saúde (por exemplo, surdo, “estuporado”, “achacado”), ocupação, cor, naturalidade e preço.

Destacou-se a notável participação dos pequenos escravistas, ou seja, proprietários de um a três escravos, que tiveram seus cativos inventariados (o que era de se esperar em uma economia voltada ao abastecimento interno). Esses representavam 45% de todos os inventariados, mas possuíam apenas 13% dos cativos que aparecem nos inventários analisados. O quadro geral nos dá uma média de 6,4 escravos por proprietário. Podemos perceber o predomínio de pequenos e médios proprietários de escravos (senhores com menos de 20 escravos).

1888 **Quadro 4 - Proprietários e escravos segundo o tamanho da posse. Franca, 1811 –**

N. escravos arrolados	Total de proprietários	%	N. escravos	%
1	168	18,7	168	2,9
2	141	15,7	282	4,9
3	104	11,6	312	5,4
4	88	9,8	352	6,1
5	62	6,9	310	5,4
6	40	4,4	240	4,1
7	35	3,9	245	4,2
8	38	4,2	304	5,3
9	36	4,0	324	5,6
10	20	2,2	200	3,5
11	20	2,2	220	3,8
12	21	2,3	252	4,4
13	19	2,1	247	4,3
14	17	1,9	238	4,1
15	14	1,6	210	3,6
16	12	1,3	192	3,3
17	7	0,8	119	2,1
18	10	1,1	180	3,1
19	7	0,8	133	2,3
20	5	0,6	100	1,7
21-40	32	3,6	930	16,1
41-70	4	0,4	226	3,9
Total	900	100,0	5.784	100,0

Fonte: AHMF Inventários *post mortem*.

A RECONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIAS ESCRAVAS¹⁴

Para identificar os vínculos de parentesco estabelecidos entre homens, mulheres e crianças escravos e entre esses com pessoas libertas, cruzamos as informações obtidas nos registros de batismo, casamento e óbito¹⁵. Na Lista Nominativa não há informações

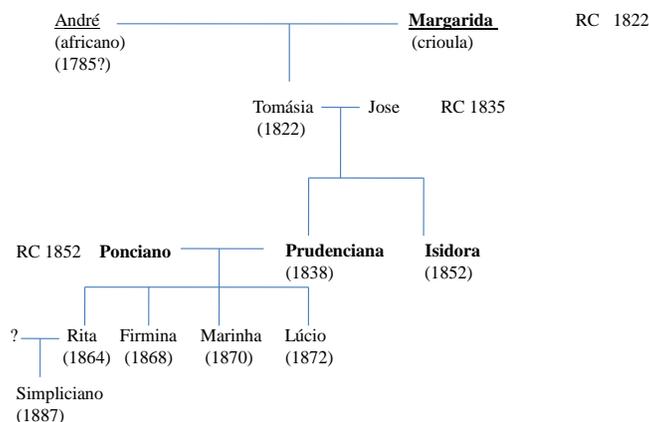
¹⁴ A reconstituição de família é uma metodologia que foi desenvolvida e empregada pelos franceses Louis Henry e Michel Fleury, em meados do século XX. Esse método consiste no agrupamento em fichas nominais e padronizadas de todas as informações relativas aos nascimentos, casamentos e óbitos, tendo como referência inicial o registro de casamento. A portuguesa M. N. Amorim apresenta uma proposta de reconstituir paróquias partindo primeiramente do registro de batismo. Para reconstruir as famílias escravas não empregamos o método L.Henry *stricto sensu*. Os aspectos metodológicos de nosso trabalho encontram-se em CUNHA (2009, p. 128-134).

¹⁵ Consideramos o parentesco consanguíneo e afim (afim = estabelecido através do matrimônio, inclusive para os quais não localizamos os registros de casamento, mas verificamos que se tratava de marido/esposa nos registros paroquiais de batismo e óbito).

explícitas que identificam esse parentesco e, nos inventários, apenas eventualmente os vínculos familiares dos escravos são explicitados. Essas duas últimas fontes, no entanto, ao trazerem dados sobre a idade dos cativos, o nome do proprietário e o tamanho da posse escrava acrescentam informações necessárias à compreensão da demografia e família escrava. A reconstituição nos permitiu identificar 211 famílias escravas pertencentes a 31 senhores inventariados¹⁶.

Diante dos limites de páginas para o presente trabalho, iremos apresentar uma família de cativos que conseguimos acompanhar por várias décadas. Trata-se de André e Margarida e seus descendentes (FIGURA 1).

Figura 1 - Família escrava – André, Margarida e descendentes



Cativos de João Garcia Lopes da Silva/ Teresa Belarmina de São José
 Cativos presentes na Lista Nominativa de Habitantes (1835-36) = sublinhados
 Cativos presentes no inventário *post mortem* (1859) = **negrito**
 Em parênteses encontra-se o ano do batismo ou a provável data de nascimento = (?)

RC = Registro de Casamento.

Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Franca e Arquivo Histórico Municipal de Franca.

O mineiro João Garcia Lopes da Silva é arrolado na Lista Nominativa como fazendeiro em 1835, residindo com a esposa Teresa (também natural de Minas Gerais) e quatro filhos no distrito de Santa Bárbara de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista). Constava em seu fogo 15 cativos. João Garcia foi um importante proprietário de escravos

¹⁶ O detalhamento sobre a reconstituição de famílias se encontra em Cunha (2009, 2010).

em Franca, pois quando sua esposa abre o seu inventário em 1859, 70 escravos são arrolados.¹⁷

André preto se uniu a Margarida preta em 21 de abril de 1822 à uma hora da tarde. Quase vinte e cinco anos após o arrolamento de habitantes (1835), Margarida permanecia na posse de João Garcia juntamente com suas netas Isidora e Prudenciana, esta casada com Ponciano. A filha Tomásia e o genro José não foram arrolados. Dentre as crianças cativas listadas no inventário aberto em 1859, estão André de oito anos e José Ponciano com sete.¹⁸ Entre 1838 e 1859, Andre esposo de Margarida provavelmente faleceu, ainda que não tenhamos localizado seu registro de óbito.

No entanto, parece não ter sido esquecido. Os estudos de nomeação já têm demonstrado que dar a uma criança o nome de um adulto era uma maneira de homenagear companheiros do cativo, parentes ou padrinhos/madrinhas (PETIZ, 2009, p. 211-212). O pequeno André certamente foi batizado para homenagear André marido de Margarida.

O casal Andre e Margarida foi padrinho da neta Prudenciana em 1838 e que posteriormente casou-se com Maximiano (?)/Ponciano em 1852¹⁹. Prudenciana e Ponciano batizaram quatro filhos entre 1864 e 1872. Dos quatro filhos, localizamos apenas Rita que batizou Simpliciano em 1887 com filho *natural*. Para essa escravaria, ampliamos nossa análise após os últimos registros paroquiais dos escravos de João Garcia Lopes da Silva como proprietário e que datam de 1855. Fomos, então, em busca da esposa Teresa Belarmina de São José como proprietária de cativos nos registros paroquiais e encontramos três casamentos, 12 batizados e um óbito.

A família de Andre e Margarida foi reconstituída com relativo sucesso, pois acreditamos ter chegado à terceira geração dos descendentes desse casal. Ademais, João Garcia e a esposa Teresa tiveram um filho de nome Joaquim. Assim, também listamos os registros de batismo de um possível proprietário com o nome Joaquim Garcia Lopes da Silva, e o encontramos. Joaquim foi um importante senhor de escravos, uma vez que batizou três dezenas de cativos²⁰.

¹⁷As informações sobre os escravos presentes no inventário são: nome, idade, estado conjugal (casado ou solteiro). Para os escravos homens há as ferramentas que os acompanham: foices, machados ou enxadas. A escassez de outras informações dificulta em parte, a identificação dos cativos, já que não apresentam cor ou naturalidade. Há informações esporádicas sobre algum defeito físico ou ocupação de cativos do sexo masculino. O escravo Simão de 35 anos era tropeiro, Fidelis de 22 anos, campeiro. O menino Vicente encontrava-se “quebrado de um verilha”.

¹⁸ Infelizmente não localizamos o registro de batismo dessas crianças.

¹⁹ Localizamos um registro de casamento cujo noivo é Maximiano. Nos registros de batismo, o esposo de Prudenciana é anotado como Ponciano. Acreditamos se tratar da mesma pessoa.

²⁰ Os registros de batismo dos cativos de Joaquim Garcia Lopes da Silva se iniciam em 1855 e se encerram em 1881. Assim acreditamos se tratar do filho de João Garcia e não de outro parente.

Alguns escravos da posse de João Garcia passaram a ser listados nos registros paroquiais como pertencentes a Joaquim Garcia Lopes da Silva e outros permaneceram como propriedade de sua mãe, Teresa Belarmina de São José. Notamos que a morte do senhor em fins dos anos 1850 não impediu que os cativos mantivessem contato com seus familiares e antigos companheiros de cativo, como podemos verificar através do apadrinhamento entre os filhos dos cativos. Philippe foi levado a pia batismal em 14 de fevereiro de 1881. Sua mãe Iria é registrada como escrava de Joaquim Garcia Lopes da Silva e seus padrinhos, o casal Valeriano (Ponciano?) e Prudenciana, escravos de Teresa Belarmina de São José.

Como já foi dito, a família de Andre e Margarida foi uma dentre duas centenas reconstituídas. A partir das trajetórias familiares, conseguimos verificar a importante presença da família cativa em uma localidade voltada ao abastecimento interno, sua contribuição para a ampliação das escravarias, a permanência dos laços de parentesco consanguíneo e o estabelecimento do parentesco espiritual (através do compadrio). O casamento católico foi acessível aos escravos e quase metade das crianças batizadas em Franca eram legítimas.

Apesar do avanço dos estudos sobre a escravidão no Brasil, pouco se sabe sobre características demográficas como a idade ao casar e ao ter os filhos. Assim, nosso estudo buscou ampliar essas informações. As famílias reconstituídas nos permitiram constatar que as africanas se casavam mais tarde do que as crioulas, respectivamente 24,7 anos e 21,9 anos; os casamentos endogâmicos foram majoritários, mas os cativos de origens étnicas diferentes também constituíram famílias; apesar de presente entre as famílias reconstituídas, o casamento religioso não foi uma prerrogativa para a ocorrência de nascimentos, como podemos conferir a partir da legitimidade das crianças. As crianças geradas em ventres africanos nasceram quando suas mães tinham idades entre 20 a 34 anos (72,2%), enquanto os filhos de crioulas nasceram quando suas mães estavam com idades entre 15 e 30 anos (72,1%) (CUNHA, 2009, p. 145-155).

Em nosso trabalho buscamos não apenas caracterizar uma paróquia e suas famílias escravas a partir de um enfoque micro-histórico, mas também propor elementos para se pensar a família escrava oitocentista de uma perspectiva sócio-demográfica que ajude a compreender um pouco mais o contexto da escravidão no Brasil.

Através do cruzamento nominativo é possível identificar relações de parentesco, de convivência, dependência e subordinação. É uma das possibilidades de pesquisa, dentre outras. Esperamos ter demonstrado que mirar as séries de dados e concluir que seu uso se dá somente através de uma pesquisa quantitativa parece-nos por demais simplório e limitador. As fontes apresentadas podem ser empregadas tanto para a micro como macroanálise, de uma perspectiva mais quantitativa ou de cunho qualitativa.

Longe de reforçar as dicotomias, é preciso lembrar que o emprego dos métodos mais adequados em uma pesquisa se faz a partir da pergunta que está sendo estudada e, muitas vezes, dadas as diversas facetas de um estudo, é preciso se valer de mais de um método (GÜNTHER, 2006).

A difusão de computadores pessoais desde os anos 1980 tem permitido a manipulação de bancos de dados pelos historiadores e garantido a expansão dos estudos quantitativos. E mais recentemente, nos anos 2000, temos presenciado a iniciativa de diversas instituições que digitalizam e disponibilizam *online* documentos variados e seriados que são utilizados pelos cientistas sociais e historiadores como fontes para suas pesquisas. Além disso, dados agregados, obras raras, *e-books*, dissertações e teses, artigos, etc. podem ser acessados de qualquer lugar através de uma conexão com a internet.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 113-129, jan./jul. 2002.

BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)*. 1995. 268 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 245-295, maio/ago.1987.

CUNHA, Maísa Faleiros. Famílias escravas no norte paulista, século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu-MG. *Anais...* Caxambu-MG: ABEP, 2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2413.pdf f>. Acesso em: 19 ago. 2013.

_____. *Demografia e família escrava*. Franca-SP, século XIX. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000438969>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

_____. *Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000349619>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

FREIRE, Jonis. Famílias senhoriais, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata Mineira, século XIX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA

MINEIRA. ECONOMIA, HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 13., 2008, Diamantina. *Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

GARAVAZO, Juliana. *Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887*. 2006. 286 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GRAHAM, Richard. A “família” escrava no Brasil colonial. In: _____. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 41-57.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS – IPEA. Levantamento, digitação e publicação das listas nominativas de habitantes da capitania e província de São Paulo. Brasília, 2002.

MARCÍLIO, M. L. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Caminhos cruzados: senhores e escravos da fronteira oeste do Rio Grande, 1750-1835*. São Leopoldo. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2009.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: UNICAMP, 2004.

REVISTA POPULAÇÃO E FAMÍLIA, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jun.1998.

SÃO PAULO (Estado). Arquivo Público. *Viver em São Paulo: recenseando a população*. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. São Paulo, 1995.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil: sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. 1976. 728 f. Tese (Doutorado) - Stanford University, Stanford, 1976.